



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Câmpus Porto Alegre

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO DE CÂMPUS PERMANENTE
ATA Nº 04/2012

1 Aos vinte e três (23) dias do mês de agosto (08) de dois mil e doze (2012), às quatorze (14)
2 horas, no Auditório do nono (9º) andar do prédio sede do Câmpus Porto Alegre do Instituto
3 Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - sito à Rua Coronel
4 Vicente, nº 281, no Centro desta Capital, foi realizada reunião extraordinária do Conselho
5 Permanente deste Câmpus. Na ausência do Presidente deste Conselho, o Diretor-Geral do
6 IFRS Câmpus Porto Alegre, Professor Paulo Roberto Sangoi, a reunião foi presidida pelo
7 Diretor de Desenvolvimento Institucional deste Câmpus, Professor Claudio Vinicius da Silva
8 Farias, designado Presidente em exercício do Conselho de Câmpus, indicado pelo presidente
9 deste Conselho para substituí-lo devido a compromissos que necessitavam da presença do
10 Diretor-Geral. O presidente em exercício cumprimentou os conselheiros e demais presentes
11 que acompanhavam a reunião como ouvintes, e pediu desculpas em nome do presidente titular
12 pela ausência deste, por estar participando de reunião por videoconferência com o Ministério
13 da Ciência, Tecnologia e Inovação. Em seguida, ele apresentou ao Conselho o documento
14 onde consta o ato que o designou Presidente em exercício do Conselho, e entregou-o à
15 secretária da reunião. Esta reunião foi secretariada pela servidora Cristine Stella Thomas,
16 indicada pelo Presidente em exercício do Conselho para a tarefa. Estiveram presentes nesta
17 reunião membros representantes do segmento docente, conselheiros: Sabrina Letícia Couto da
18 Silva, Juliana Schmitt de Nonohay, Claudia do Nascimento Wyrvalski, André Rosa Martins,
19 Regina Felisberto e Ângelo Cássio Magalhães Horn (suplente), este último, na condição de
20 ouvinte; representantes do segmento dos servidores técnico-administrativos, os conselheiros:
21 Adriana de Farias Ramos, Douglas Neves Ricalde, Suzinara da Rosa Feijó, Ademir Dorneles
22 de Dorneles, Martha Helena Weizenmann e Henrique Leonardi de Oliveira (suplente) – na
23 condição de ouvinte nesta reunião; os representantes discentes Ivan Francisco Diehl, Cicero
24 Pereira Costa e Yuri Ferreira Machado – a conselheira discente Mayara Cristina Menegotto
25 Moreira justificou sua ausência, que se deveu a problemas de saúde na família. Dado início à
26 reunião, o presidente em exercício do Conselho, Professor Claudio Farias, deu posse à
27 representante docente Regina Felisberto, membro suplente do conselheiro Evandro Manara
28 Miletto, através de termo de posse e exercício no Conselho de Câmpus lavrado e assinado
29 pelo presidente em exercício e pela conselheira. Efetuada a posse da conselheira Regina
30 Felisberto como membro suplente docente do Conselho, o presidente em exercício do
31 Conselho propôs prosseguimento à pauta da presente reunião. Antes de dar sequência à pauta
32 os conselheiros manifestaram-se solicitando a inclusão na pauta da deliberação sobre a
33 metodologia de elaboração do calendário acadêmico de encerramento do semestre 2012/1,
34 que foi suspenso, e de todo o 2012/2. Além disso, os conselheiros solicitaram a colocação na
35 pauta de aprovação de atas anteriores. Foi colocado que somente a do dia quinze (15) de
36 agosto (08) de dois mil e doze (2012) estava concluída. Neste momento o presidente em
37 exercício do Conselho sugeriu que se fizesse votação sobre a colocação na pauta do item
38 aprovação da ata do dia quinze (15) de agosto (08). Após a consulta, o item foi aprovado por

39 nove (9) dos conselheiros presentes, configurando aprovação por maioria. Com a
40 concordância de todos os conselheiros e a já expressa não aprovação por parte da presidência
41 do Conselho, ficou aprovada a ata da reunião realizada no dia quinze (15) de agosto (08).
42 Concluída esta etapa, o Presidente em exercício do Conselho prosseguiu a reunião dando
43 sequência aos expedientes previstos da pauta. **EXPEDIENTES: I. Deliberação sobre o**
44 **processo da professora Cristina Simões da Costa:** o presidente em exercício deste
45 Conselho explicou que o processo não estava em mãos, pois ainda está em posse da Diretoria
46 de Gestão de Pessoas da Reitoria. A professora autora do processo havia encaminhado um
47 parecer para apreciação do Conselho, porém sem o processo presente não haveria como votar.
48 O presidente então sugeriu aos conselheiros solicitar a suspensão temporária da apreciação do
49 processo, e aguardar a chegada do mesmo da Reitoria na Comissão Permanente de Pessoal
50 Docente - CPPD para, então, ir para o Conselho de Câmpus. Ele então abriu a pauta para
51 intervenções. O conselheiro André tomou a palavra e colocou que a servidora, tendo recebido
52 convite para atividade em outra instituição, fez um requerimento de consulta ao Conselho de
53 Câmpus, por ser uma situação nova; para ele, o Conselho deveria ser o primeiro a receber o
54 processo e então este ser encaminhado para onde deveria ir, para que pudesse ser deliberado.
55 Conforme colocou o conselheiro André, a preocupação central é o fluxo, a necessidade de os
56 conselheiros estarem informados do que está acontecendo. Ele solicitou que o Conselho tenha
57 ciência desse processo e que ele seja suspenso, para obedecer esse fluxo; e que os
58 conselheiros deliberem em conjunto para onde o processo deve ser remetido. Ele sugeriu que
59 se estabeleça um fluxo dos encaminhamentos ao Conselho de Câmpus, a fim de que os
60 conselheiros possam tomar ciência do assunto, antes de se encaminhar a outros setores. Por
61 sua vez, a conselheira Juliana propôs que se estabeleça um fluxo para essas questões de
62 servidores, para que não seja necessária a avaliação de cada caso, pois cada um está sendo
63 tratado de forma diferente. Ela colocou ainda que o Conselho deveria solicitar junto à
64 Comissão Interna de Supervisão - CIS, a CPPD e à Diretoria de Gestão de Pessoas do Câmpus
65 regras para esse fluxo, e poderiam criar uma comissão para estabelecer esses fluxos, para
66 serem aprovados pelo Conselho. A conselheira Adriana tomou a palavra e levantou a questão
67 de que é necessário estabelecer fluxos internos de vários trâmites, não só gestão de pessoas, e
68 que há uma dificuldade nisso pela falta de um setor de protocolo geral no Câmpus. Ela
69 sugeriu que poderia ser pensado em ter um setor de protocolo para essas solicitações,
70 especificamente para essas questões que dizem respeito a carreiras; os encaminhamentos hoje
71 são feitos de diferentes formas, e é preciso estabelecer o controle dos fluxos. Ela acrescentou
72 ainda que isso já foi sugerido em outra reunião, ainda no Conselho Temporário; e que poderia
73 ser solicitado à referida comissão o fluxo de todas as demandas possíveis. Neste momento o
74 professor Egon, externo ao Conselho, que estava como ouvinte, pediu autorização para falar,
75 o que foi acatado pelos conselheiros; ele lembra que existia um protocolo na época da Escola
76 Técnica, e que os fluxos funcionavam por meio deste setor. O Presidente em exercício,
77 professor Cláudio, esclarece então que na época da Escola Técnica, usava-se a estrutura da
78 UFRGS e que, hoje, faltam servidores técnico-administrativos no Câmpus para gerenciar um
79 protocolo. Ele salienta ainda que a estrutura desse fluxo deve ser institucional do IFRS, não só
80 do Câmpus; informa também que nas reuniões dos diretores com a Pró-Reitoria de
81 Desenvolvimento Institucional do IFRS já está sendo discutida esta questão, onde há grupos
82 de trabalho (GTs) estudando a viabilidade e os procedimentos de cada situação, então não
83 seria a hora de fazer internamente isto; por isso, sugere suspender a deliberação até a chegada
84 do processo ao Câmpus. A conselheira Juliana então manifesta-se sugerindo que seja feito o
85 encaminhamento para que se forme a comissão referida (CIS, CPPD e DGP), pelo menos
86 provisoriamente, enquanto a questão não for resolvida pela Reitoria. Retornando à pauta do
87 processo da professora Cristina Costa, a conselheira Sabrina coloca que o processo havia sido
88 encaminhado ao Conselho, conforme cópia do memorando enviado para a CPPD; e o

89 processo foi enviado direto para DGP do IFRS sem passar antes pelo Conselho; para a
90 conselheira Adriana, a discussão sobre o processo deveria se esgotar no âmbito do Conselho
91 de Câmpus antes de ir para a DGP, para que essa fizesse o encaminhamento final. O
92 presidente Cláudio informou que o Câmpus está aguardando o retorno da DGP e
93 resguardando que os setores competentes avaliem e depois repassem ao Conselho. A
94 conselheira Regina salientou que de fato não existem os fluxos; mas a questão é que, como os
95 documentos foram endereçados ao Conselho pela servidora Cristina, a lógica é que enquanto
96 não existe algo ao contrário, o que é encaminhado ao Conselho tem que chegar a ele; a
97 conselheira Juliana complementa que o tratamento tem que ter o mesmo peso para com todos
98 os servidores, e lembrou do que ocorreu no caso da servidora Aline, que foi deliberado pelo
99 Conselho e que, por isso, a fim de manter coerência, o estabelecimento de normas e fluxos
100 para processos de servidores é de grande importância. O conselheiro André reforçou a fala da
101 conselheira Regina e questionou qual será o encaminhamento do Conselho enquanto não
102 houver os fluxos propostos pela Reitoria; quando encaminhado documento ao Conselho, se
103 será primeiramente o Conselho a deliberar e então passar adiante. O presidente então
104 esclareceu que já foi solicitado à DGP que remeta o processo ao Câmpus e informou que o
105 processo provavelmente esteja disponível até a próxima quarta-feira, e que, desta forma, a
106 deliberação do processo da professora Cristina Simões da Costa poderia entrar na pauta da
107 próxima reunião, no dia 30 de agosto. Após os esclarecimentos, foi feito o seguinte
108 encaminhamento sobre a criação da comissão de fluxos: o Conselho solicita que a CIS, a
109 CPPD, em reunião com a DGP do Câmpus, num prazo de noventa (90) dias, elabore uma
110 proposta de fluxos de documentação de servidores, enquanto a Reitoria não o tiver. Colocado
111 em votação, o encaminhamento foi aprovado por unanimidade. A conselheira Suzinara ainda
112 questiona o presidente se já haveria previsão da Reitoria sobre a criação desses fluxos, ao que
113 o presidente responde que, em função da greve, alguns encontros dos GTs foram suspensos,
114 mas aqueles que já tinham minutas prontas foram encaminhados. **II. Regimento**
115 **Complementar:** o presidente abriu a pauta para discussão. A conselheira Adriana explica
116 como se deu o processo de elaboração da minuta do regimento, de forma democrática e
117 paritária, no ano passado; lembra ainda que a elaboração da minuta do regimento foi aprovada
118 em plenária estatutária, com quinze (15) representantes de cada segmento, e ficou mais de um
119 ano transitando no Conselho Superior do IFRS (CONSUP), sendo que foram aprovados em
120 dezessete (17) de abril (04) de dois mil e doze (2012), os Regimentos dos Câmpus –
121 Regimento Geral, com um texto-base para os doze câmpus, até o item referente às diretorias
122 sistêmicas; dali em diante, cada câmpus ficou de aprovar o seu texto quando o Conselho de
123 Câmpus assumisse, sendo esse o Regimento Complementar, cuja proposta está sendo
124 apresentada agora para aprovação. O conselheiro André sugeriu como encaminhamento que
125 fosse aprovado nesta reunião o Regimento Complementar e na próxima reunião todos
126 assinassem o texto do regimento, para que este seja publicado, para toda a comunidade no
127 sítio oficial do Câmpus. Neste momento, o conselheiro Yuri, representante discente, comenta
128 que ele também participou de toda a discussão, mas que não assinaria sem ler todo o
129 documento e pediu vistas ao processo, a fim de levar ao conhecimento dos demais discentes,
130 pois os representantes discentes que estavam juntos na plenária não estão mais presentes. A
131 conselheira Adriana deu a sugestão de que o parecer de vistas fosse enviado e apreciado na
132 próxima reunião e que o texto fosse aprovado, já que não tem regras para isso ainda, pois não
133 há regimento. O presidente em exercício do Conselho então disse que concederia vistas ao
134 conselheiro Yuri para a próxima reunião, baseado no Regimento do CONSUP, que fala em
135 período de vistas por uma sessão, garantindo que o tema voltasse na próxima reunião. A partir
136 daí houve uma discussão por parte dos conselheiros em relação ao pedido de vistas, que era
137 direito dos conselheiros, mas que teria havido tempo para que todos pudessem ler o
138 documento e discutir com seus pares, pois todos receberam o documento por correio

139 eletrônico, em tempo hábil, antes da reunião corrente. A questão de se utilizar o Regimento do
140 CONSUP a fim de nortear as discussões no Conselho do Câmpus também foi debatida. A
141 conselheira Adriana argumentou que o Conselho precisa ter seu próprio regimento, por isso, a
142 necessidade da aprovação do chamado Regimento Complementar, e que no Regimento do
143 CONSUP não havia nenhum dispositivo falando sobre regulamentar temas nos conselhos de
144 câmpus. O presidente em exercício, professor Cláudio, disse que o Conselho do Câmpus é um
145 órgão deliberativo por delegação do CONSUP e que por isso, na ausência de um regimento
146 próprio, deveria seguir as normas do órgão máximo do IFRS, argumento com o qual a
147 conselheira Adriana manifestou não concordar. O conselheiro Yuri explica que, por motivos
148 pessoais, não pode fazer a leitura do documento e que, devido à greve, não teria podido falar
149 com os demais discentes. A discussão sobre o tema continuou, levantando a hipótese de que
150 estariam negando o direito de pedido de vistas do conselheiro, o que foi afirmado que não. O
151 conselheiro Douglas questionou como os representantes discentes falariam com seus pares
152 durante o período de férias, no qual, assim como na greve, há um número bem reduzido de
153 alunos no Câmpus. A conselheira Regina fez uma fala no sentido de se encerrar a discussão,
154 de que os registros haviam sido feitos e partir para a próxima pauta, mas o debate ainda se
155 prolongou. O conselheiro André, representando os docentes, diz não entender o comentário
156 sobre a greve ter prejudicado a leitura dos documentos, e pediu para não criminalizarem o
157 movimento; o conselheiro Cícero, representante dos discentes, argumenta que a greve é
158 válida, consenso entre todos, mas que no fim, os mais prejudicados são os discentes. O
159 conselheiro André então questiona se na próxima reunião esta pauta pode sofrer pedido de
160 vistas novamente. O presidente esclarece que, valendo-se de utilizar o expediente do
161 Regimento do CONSUP, o processo de vistas poderá ser renovado desde que com aprovação
162 da maioria simples, conforme o referido regimento. Os conselheiros levantaram o que
163 determinava o Regimento do Conselho Temporário, e o presidente Cláudio lembrou que o
164 antigo regimento deixa de ter validade com a posse do Conselho Permanente, reforçando que
165 no momento se encontram em um vácuo legal; por isso se guiava pelo Regimento do
166 CONSUP; argumento com o qual a maioria dos conselheiros manifestou concordância tácita.
167 Aproveitando o argumento do presidente, o conselheiro André questionou, então, se o que
168 constava no Regimento do CONSUP também seria aplicado às atas, convocações e envio de
169 pautas das reuniões do Conselho de Câmpus, uma vez que os prazos para isso não estavam
170 sendo respeitados pela presidência deste Conselho. O presidente, então, comprometeu-se a
171 enviar as atas das reuniões anteriores para apreciação dos conselheiros. Encerrada a
172 discussão, foi feito o encaminhamento: pedido de vistas do conselheiro Yuri e o Regimento
173 Complementar como ponto de pauta para próxima reunião. **III. Orçamento 2013:** O
174 presidente em exercício do Conselho abriu a discussão questionando o porquê desse tema na
175 pauta, sendo que a conselheira Juliana, como representante suplente dos docentes no
176 CONSUP, tinha conhecimento da aprovação do orçamento durante a reunião em que o DI da
177 Reitoria fez a sistematização do que foi recebido nos câmpus; o que foi à reitoria, segundo o
178 presidente em exercício, foi o documento apreciado pelos conselheiros do Câmpus; na reunião
179 de posse ficou determinado que quando viesse o orçamento definitivo da Reitoria, o Conselho
180 de Câmpus se reuniria para analisar os valores, e diria quanto vai para cada setor. Segundo
181 ele, como Diretor de Desenvolvimento Institucional do Câmpus, ele encaminhou o relatório à
182 Reitoria, mas que o mesmo foi em arquivos separados; a Reitoria tinha alegado na última
183 reunião do CONSUP que não tinha recebido o do Câmpus Porto Alegre dentro dos prazos,
184 mas que, após isso, confirmou que havia recebido. A conselheira Juliana colocou que foi uma
185 solicitação dela a pauta. Ela relata sua preocupação com o assunto visto que na reunião da
186 posse deste Conselho de Câmpus, em dezesseis (16) de julho (07) de dois mil e doze (2012),
187 os conselheiros receberam o Plano de Ação 2013 do Câmpus Porto Alegre, o qual foi
188 apresentado pelo servidor Renato Monteiro Pereira, Diretor de Administração e Planejamento

189 do Câmpus; foi solicitada a aprovação do plano em regime de urgência ao Conselho, pois o
190 mesmo deveria ser enviado até às dezoito horas (18h) do mesmo dia, para entrar na pauta do
191 CONSUP. Segundo ela, o documento que foi enviado ao CONSUP entrou com atraso, vários
192 dias, após o prazo avisado, e ainda seria diferente do que foi apresentado e apreciado pelo
193 Conselho. Ela conta que viu que nos anexos que foram enviados à reunião do CONSUP que
194 todos os itens do Câmpus Porto Alegre estavam em branco, em primeiro documento enviado
195 aos conselheiros do CONSUP, e que o Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional, Augusto
196 Horiguti, confirmou que o Câmpus não havia enviado a tempo; e quando foram adicionados
197 em documento atualizado, os dados estavam divergentes com relação ao aprovado na reunião
198 do Conselho de Câmpus. A conselheira então questionou o porquê da pressa dos prazos, do
199 atraso no envio, por que motivo o plano foi em partes e por que estava diferente do que havia
200 sido apreciado pelo Conselho de Câmpus, e disse que esperava que o diretor Renato estivesse
201 presente na reunião deste Conselho para esclarecer o que houve, afirmando que teria sido
202 enviada convocação para ele comparecer para explicar por que os dados do plano mostrado no
203 CONSUP estão diferentes dos apresentados na reunião do Conselho de Câmpus. Ela relatou
204 que o CONSUP está cobrando a aprovação do novo plano, por isso os conselheiros estão
205 cobrando os esclarecimentos para aprovar o plano. O presidente então fez uma sugestão de
206 encaminhamento; colocou que como todos os anos ocorrerá aprovação de orçamento e essa
207 avaliação de orçamento é rotineira, sugeriu, segundo ele para garantir a transparência, que se
208 montasse uma Comissão Paritária, formada de três (03) membros do Conselho de Câmpus,
209 para estudar junto com o DAP a peça orçamentária e que essa comissão relatasse a este
210 Conselho o que viu; falou ainda que na opinião dele existiria certo ar de desconfiança por
211 parte dos conselheiros, e segundo ele é importante que os conselheiros possam ter acesso a
212 isso, avaliando os seus pares e gestão; e que poderia haver uma comissão para avaliar a
213 gestão. Os conselheiros manifestaram-se contrários ao comentário sobre possível
214 desconfiança. A conselheira Adriana reforçou que não havia desconfiança; relatou que na
215 posse do dia dezesseis (16) de julho (07), verificou o material do orçamento e iria reprovar,
216 mas durante a reunião mudou de ideia, quando o diretor Renato explicou o orçamento e a
217 urgência da apreciação; ela e os demais conselheiros resolveram dar um voto de confiança;
218 porém o prazo de entrega superou o que estava previsto, foi além e o documento foi enviado
219 com dados diferentes, e as alterações feitas não foram informadas aos conselheiros, o que
220 segundo ela poderia ter sido feito. Por isso solicitaram a presença do DAP na reunião de hoje,
221 a fim de saber o que efetivamente aconteceu, um simples esclarecimento; todos querem
222 estabelecer uma relação de parceria e não de desconfiança, visto que o gabinete da reitoria do
223 IFRS está cobrando a peça orçamentária do Câmpus para o CONSUP. A conselheira
224 acrescentou que, além disso, ainda não havia sido aprovada a Ata do dia dezesseis (16) de
225 julho (07), quando o plano de ação foi apresentado e aprovado. O conselheiro Yuri
226 manifestou concordar com as colocações das colegas Adriana e Juliana, e com a sugestão do
227 presidente Cláudio, sugerindo definir a comissão na próxima reunião. A conselheira Martha
228 reforçou a preocupação com os prazos, pois seria necessário até dia trinta e um (31) de agosto
229 (08) o envio da aprovação do plano para o CONSUP. O conselheiro André reforçou não haver
230 desconfiança e o que foi combinado no dia da aprovação do orçamento, na reunião de posse
231 não foi cumprido; e solicitou que a ata do dia dezesseis (16) de julho (07) seja aprovada na
232 próxima reunião do Conselho. A discussão se prolongou, reforçaram que não havia nenhuma
233 desconfiança, mas para entender o que havia ocorrido haveria a necessidade da presença do
234 Renato. A conselheira Regina colocou que a preocupação dos conselheiros era clara, com a
235 transparência, apesar das falas diferentes todos estão preocupados com as mesmas coisas;
236 comparou a questão do orçamento com a do processo da Professora Cristina, e considera que
237 a Instituição não tenha percebido ainda que o Conselho do Câmpus é deliberativo e que, para
238 aprovar qualquer matéria precisa, antes, saber o seu conteúdo, tem que entender o que será

239 avaliado e aprovado. O conselheiro Cícero disse concordar com os colegas e com a sugestão
240 de criação da comissão paritária; e lembrou que os conselheiros discentes presentes na
241 reunião corrente não estavam na reunião do dia dezesseis (16) de julho (07). O conselheiro
242 Ademir manifestou que não é viável a criação da comissão e é contra; em meio à discussão foi
243 explicado pela Chefe de Gabinete da Direção, servidora Natasha Finoketti Malicheski, que
244 acompanhava a reunião como ouvinte, que a Ata do dia dezesseis (16) de julho (07) ainda não
245 estava pronta porque ela estava de férias e a reunião foi secretariada por uma funcionária
246 terceirizada, e que a greve teria atrasado a conclusão da mesma até o momento, pois ela
247 estaria acumulando tarefas em função da greve; ela então se comprometeu em enviar a ata até
248 a próxima semana. A conselheira Suzinara colocou que um dos motivos da greve é a falta de
249 servidores, e que não é certo os servidores que não estão em greve trabalharem no lugar de
250 quem está em greve; sendo necessário com urgência um secretário para o Conselho. O
251 presidente Cláudio afirmou que não será nomeado nenhum secretário para o Conselho antes
252 do término da greve; e será alguém do quadro efetivo. Ele explicou ainda que o DAP Renato
253 vai atender os esclarecimentos na sala dele, por meio de comissão; colocou que a pressão da
254 Reitoria é de cinco (5) dias para fazerem o plano de ação do ano seguinte, por isso não há
255 tempo para discutir; o que foi feito para o dia da reunião de dezesseis (16) de julho (07) foi
256 uma minuta de orçamento, e a ideia é formar a comissão para fazer uma reunião para
257 apresentar os dados. A conselheira Regina afirmou que se for constituída esta comissão para
258 análise do plano de ação do Câmpus Porto Alegre para 2013 em particular com o Diretor
259 Renato poderá parecer uma auditoria e que explicações simples sobre os fatos para todos os
260 conselheiros parece mais adequada; o presidente disse que de qualquer forma acha
261 importante, por uma questão de transparência, formar a comissão para se reunir com os
262 responsáveis pelo orçamento para explicá-lo. O conselheiro André colocou novamente que o
263 interessante seria que o DAP viesse dialogar, conversar, para explicar, e sugeriu como
264 proposta que na reunião próxima o DAP compareça para dizer o que mudou, por que mudou,
265 e então o Conselho votar o plano de ação. O conselheiro Yuri considera necessário dar um
266 tempo para o DAP preparar a explicação, conselheiros montarem dúvidas e enviarem com
267 antecedência; e o conselheiro Cícero manifestou concordar com o conselheiro André na
268 questão de que seria melhor que o diretor Renato estivesse presente na reunião, porém
269 entende que cabe respeitar o direito e personalidade deste, e que a melhor opção seria formar
270 a comissão, para ir falar com ele, o que diminui a pressão. A conselheira Martha colocou a
271 opinião de que colegas precisam aprender a dialogar enquanto profissionais, e por isso
272 preocupa criar uma comissão, e a presença dele é muito importante, pois os conselheiros só
273 querem entender o que foi realocado na peça orçamentária e que a presença dele no conselho
274 para esclarecimentos faz parte das atribuições de seu trabalho. A conselheira Claudia reforçou
275 que o fato começou errado do início, pois deveria ter sido enviado um *e-mail* para os
276 conselheiros com as alterações; segundo ela o trabalho em conjunto é a intenção, e não
277 auditar, e o Conselho quer apenas entender como ocorreu a mudança, para aprovar algo
278 positivo; a questão não é a pessoa do Renato, mas o responsável pela mudança apresentar o
279 que foi feito. Diante dos argumentos apresentados, o presidente em exercício, professor
280 Cláudio, resolveu retirar a proposta de criação da comissão, e convocar o diretor de
281 Administração e Planejamento, servidor Renato Monteiro, para a próxima reunião do
282 Conselho, para prestar esclarecimentos das mudanças no plano de ação; decisão aprovada por
283 todos. **IV. Edital para inscrição de membros da comunidade externa para participar do**
284 **Conselho de Câmpus:** a pauta foi colocada em discussão pelo presidente; o conselheiro
285 Douglas manifestou que deveria ser feita modificação no item três (3) do Edital, pois fala que
286 a escolha será feita por sorteio; deve ser alterado para eleição feita pelo Conselho, conforme
287 previsto no artigo sétimo (art. 7º), inciso quinto (V), parágrafo segundo (§ 2º) do Regimento
288 Interno do Câmpus. Após a modificação, o Edital foi aprovado em comum acordo por todos

289 os presentes. **V. Metodologia de elaboração do calendário acadêmico de encerramento do**
290 **semestre 2012-1, que foi suspenso, e de todo o 2012-2:** A conselheira Sabrina apresentou
291 uma proposta na reunião do dia quinze (15) de agosto (08), e trouxe novamente para esta
292 reunião, sugerindo como encaminhamento a apreciação da minuta proposta, uma resolução
293 que regulamenta a metodologia de elaboração do calendário acadêmico de encerramento do
294 semestre 2012-1 e de todo o 2012-2. Após aberta a pauta para discussão, a conselheira Juliana
295 levantou a questão de que em reunião da licenciatura, comentou com a Diretora Adjunta de
296 Ensino que como sugestão para a proposta no artigo primeiro (art. 1º), deve haver uma
297 aprovação pelos coordenadores, e não avaliação como consta; que o calendário proposto pelo
298 ensino seja aprovado pelos coordenadores; e então o Conselho dará o veredito final. O
299 conselheiro André colocou que provavelmente o que vai chegar para o Conselho é uma
300 proposta única, pois cada curso tem uma estrutura diferente; tudo isso tem que ser levado em
301 conta, a essência da proposta é a direção de ensino discutir junto com os coordenadores de
302 curso, depois construir o calendário em até cinco (5) dias; a conselheira Juliana propõe
303 aprovar um calendário de acordo com a maioria. O conselheiro suplente Ângelo, que
304 acompanhava a reunião, reforçou que é importante os coordenadores terem ciência de como
305 será feito o calendário; que ficasse garantida a participação dos coordenadores no processo. O
306 presidente Cláudio esclareceu então que já foi feita reunião com a direção de ensino para fazer
307 três cenários possíveis para o calendário, e que na opinião dele não seria necessário a criação
308 do documento proposto, uma regulamentação desnecessária para algo óbvio, pois, segundo
309 ele, o Ensino ouviria os coordenadores e não aprovaria uma proposta *ad referendum* do
310 Conselho; mas que, se for importante para o Conselho, a presidência não se opõe em colocar
311 em votação. A conselheira Adriana colocou que os conselheiros estão preocupados com o
312 retorno da greve, e não tem dúvidas de como ocorrerá o processo, a ideia era sugerir o acordo
313 para o melhor andamento. A conselheira Sabrina propôs um encaminhamento: apreciação do
314 documento com as alterações sugeridas. Encerrada a discussão, foi encaminhado então pela
315 presidência para o Conselho avaliar e apreciar o documento com as seguintes alterações: Art.
316 1º – “...encaminhando os documentos para todos os coordenadores dos cursos do Câmpus
317 para que avaliem e deliberem em um prazo de até cinco (5) dias úteis”; Art. 2º – “...a proposta
318 que fala o artigo anterior...”; Art. 3º – Excluído. Após apreciadas as alterações, o documento
319 foi aprovado pela maioria dos presentes. **VI. Assuntos gerais: a presidência abriu**
320 **inscrições para assuntos gerais.** A conselheira Claudia solicitou troca de sala para as
321 próximas reuniões, que as reuniões voltassem a ser realizadas na sala de convenções do nono
322 (9º) andar e não mais no auditório. A conselheira Martha perguntou se o presidente titular do
323 Conselho, professor Paulo Sangoi, encaminhou datas para os encaminhamentos que
324 complementam o calendário. A conselheira Adriana solicitou que a comissão formada pelos
325 conselheiros André, César e Ibá encaminhe a minuta do regimento interno do Conselho, ao
326 que o presidente Cláudio solicitou que a mesma seja encaminhada até a próxima segunda-
327 feira para os demais encaminhamentos no prazo regimental. Pontos de pauta que ficaram para
328 a próxima reunião: o processo da professora Cristina Simões da Costa; pedido de vistas do
329 conselheiro Yuri; aprovação do Regimento Complementar; convocação do Diretor de
330 Administração e Planejamento do Câmpus, Renato Monteiro, para esclarecimentos sobre a
331 planilha orçamentária. Nada mais havendo a constar, eu Cristine Stella Thomas
332 _____ lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por
333 mim e pelos conselheiros presentes. Porto Alegre, vinte e três de agosto de dois mil e doze.

Cláudio Vinicius Silva Farias _____

Ademir Dorneles de Dorneles _____

Adriana de Farias Ramos	_____
André Rosa Martins	_____
Cícero Pereira Costa	_____
Claudia do Nascimento Wyrvalski	_____
Douglas Neves Ricalde	_____
Ibá Souza da Costa	----- AUSENTE -----
Ivan Francisco Diehl	_____
Juliana Schmitt de Nonohay	_____
Martha Helena Weizenmann	_____
Mayara Cristina Menegotto Moreira	----- AUSENTE -----
Regina Felisberto	_____
Sabrina Letícia Couto da Silva	_____
Suzinara da Rosa Feijó	_____
Yuri Ferreira Machado	_____